

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARCELA APARECIDA DE LIMA

**FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

ATIBAIA/SP

2020

MARCELA APARECIDA DE LIMA

**FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAAT, sob a orientação do Prof. Me. Rafael da Nova Favarin.

ATIBAIA/SP

2020

CURSO DE GRADUAÇÃO “LICENCIATURA EM PEDAGOGIA”

Termo de aprovação

MARCELA APARECIDA DE LIMA

Título: “Formação Docente e o Processo de Inclusão de Alunos Surdos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”

Trabalho apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, para apreciação do professor orientador Me. Rafael Nova Favarin, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito_____.

Atibaia, SP, _____ de _____ de 2020

Professor Me Rafael Nova Favarin

Dedico este trabalho a meu esposo Cláudio e aos meus filhos Vitor Felipe e Camilly, que sempre estiveram comigo me incentivando e apoiando todos os dias em minha formação acadêmica!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente ao orientador professor Me. Rafael Nova Favarin, por ser um excelente professor, no qual tenho uma imensa admiração por sua dedicação, carinho e paciência com todas suas orientandas, sempre motivando a seguir em frente.

A professora Dra. Marli Amélia Lucas de Oliveira, por ser tão amável e tendo muita sensibilidade com todos os alunos de Pedagogia, sempre disposta a ajudar com todos problemas acadêmicos.

Ao professor Dr. Gilvan Elias Pereira, que assumiu a coordenação pedagógica da Licenciatura em Pedagogia, e com muito esforço e dedicação demonstra todo carinho com todos os alunos.

A todos os professores, em especial a professora Cherliana Aparecida Mita Chaves, que plantaram uma sementinha de amor e perseverança pela profissão.

Aos meus familiares em especial ao meu esposo Cláudio e meus filhos Camilly Yasmim e Vitor Felipe, que acreditaram em meu potencial, quando eu mesma duvidava que conseguiria chegar à conclusão de minha formação acadêmica. Também agradeço ao apoio que recebi de meu pai Naércio e minha sogra Inez, que sempre me ajudaram nos cuidados com minha filha, para que eu pudesse me dedicar, sabendo que ela estaria sendo bem cuidada.

As minhas colegas de sala, que percorreram todo o caminho para chegarmos até aqui sempre unidas: Edna, Mônica, Gabriela Finco, Tatiane.

Enfim, a todos que fizeram parte desse sonho, que hoje realizo através da conclusão da Licenciatura em Pedagogia.

E pôr fim a Deus, por estar sempre presente em minha vida me dando força para superar todos os obstáculos por aqui encontrados.

*“Somos, sem dúvidas, homens e mulheres cheios de
esperança, pois temos que ter esperança do verbo
esperançar, porque há outros que têm esperança do
verbo esperar, não é esperança, é espera: eu
espero que dê certo, espero que funcione, espero
que resolva... Esperançar é ir atrás, é juntar, é não
desistir.”*

(Paulo Freire)

RESUMO

A formação Docente, visando a inclusão de alunos surdos, nas séries iniciais do ensino fundamental, é um tema importante que precisa apresentar um olhar às especificidades do aluno para que realmente aconteça. O eixo central dessa pesquisa buscou entender como eram vistas as pessoas com deficiência auditiva no passado, e através de sua trajetória, os avanços que tiveram e o que ainda precisa ser conquistado para a inclusão desses estudantes. Investigou-se os principais pontos necessários para investir, incentivar e preparar a formação inicial dos professores. Através desse trabalho foi observado que o processo de formação de professores é um dos problemas principais que precisa ser melhorado ao longo da história dos deficientes auditivos. As dificuldades enfrentadas por professores em comunicar-se com alunos surdos, foi a principal motivação, pelo presente estudo em busca de soluções e respostas para tal questão. A metodologia utilizada para este trabalho, pautou-se em pesquisas bibliográficas com autores e pesquisadores que investigam a temática a algum tempo em busca de melhoria para a inclusão. Para abordar a temática, foi feito o resgate histórico da forma como eram tratadas as pessoas surdas e como suas conquistas foram acontecendo durante a história da surdez, da criação de leis que garantissem seus direitos até os dias atuais e dos diferentes tipos de educação que receberam ao longo de sua história. Outro ponto importante que foi tratado nesta pesquisa, foi a formação docente, os saberes necessários para se tornar um intérprete de Libras, entender o que motiva professores a aprender Libras e quais são as dificuldades enfrentadas para realizar essa formação. Os resultados evidenciaram que apesar de muitos avanços obtidos pelos surdos, ainda é necessário investimentos em pesquisas. Faz-se necessário preparar os professores desde sua formação inicial, para que se sintam preparados a receber estudantes surdos em sala regular de ensino evitando o improvisado. Por fim, é de igual importância o aprofundamento do conhecimento na área da inclusão de alunos com deficiência auditiva, buscando caminhos e políticas públicas que visem uma formação de qualidade para professores.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Deficiência Auditiva. Formação Docente. Libras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 RESGATE HISTÓRICO DA LIBRAS E SUA TRAJETÓRIA ATÉ OS DIAS ATUAIS	11
1.1 Como era entendida a pessoa surda no passado até os dias atuais	11
1.2 Histórico da Surdez no Brasil e Documentos Oficiais na Educação	15
1.3 Diferentes Tipos de Educação Voltadas para Pessoas Surdas no Brasil	18
2 FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS MOTIVAÇÕES	19
2.1 Saberes Docente, Desafios para se Tornar um Professor Intérprete de Libras	19
2.2 A Motivação do Professor a Tornar-se Um Intérprete de Libras.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta como tema, a formação docente e o processo de inclusão de alunos surdos nas séries iniciais. Ela parte da seguinte questão: qual a formação dos professores, para receber alunos surdos nas séries iniciais? Portanto apresenta como objetivo geral investigar os aspectos relacionados a formação profissional dos professores, para a escolarização de alunos surdos. Com isso, busca-se entender as dificuldades que os professores enfrentam para ter um preparo adequado, suas motivações ao receber alunos surdos em sala regular e a importância de aprender Libras para a comunicação, para que no fim, realmente haja a inclusão de fato dessas crianças.

Para isso, conhecer a história das pessoas surdas até os dias atuais se faz necessário, já que historicamente essas pessoas eram consideradas incapazes de aprender e de conviver socialmente com outras pessoas. Além disso, é importante compreender as mudanças e as conquistas ao longo da história, bem como, entender o desenvolvimento da legislação voltada a este segmento, fator fundamental para sua inclusão social.

Segundo (DUARTE et al, 2013), ao longo de séculos através de estudos, os surdos tiveram diversas conquistas no processo de aquisição de sua comunicação, seja na criação de símbolos, no alfabeto manual, do oralismo e do surgimento das Libras, que fez mudar a ideia de que pessoas surdas não podiam ser alfabetizadas. Ocorreram diversas mudanças no método de ensino, ora acreditavam que o oralismo era o mais eficaz, método de aprendizagem da fala e leitura labial para o entendimento e comunicação; ora defendiam a comunicação por sinais, uma linguagem visual feita pelas mãos.

Considerando a importância da inclusão dos alunos surdos em sala regular de ensino, o preparo dos profissionais, é um assunto complexo que envolve além do exercício profissional, formações específicas e um olhar sobre as diferenças de cada aluno. Uma das formas de incluir é respeitar as diferenças e a diversidade entre seus alunos, evitando que esses alunos sejam segregados por falta de preparo do professor (ARANTES, 2007).

O preparo de professores diz respeito também, conforme lembra Sacks (1989), em identificar possíveis déficits tardios de alunos surdos, sendo assim prejudicados,

por não aprenderem a língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no início da vida, vivendo em um mundo de silêncio e sem comunicação. Além disso, uma formação adequada contribui na superação de equívocos, em relação ao diagnóstico pois muitas crianças são confundidas com autistas ou até mesmo a pessoas com deficiência intelectual, por não conseguirem se comunicar com os outros em sua volta.

Outro ponto que precisa ser olhado é o fracasso escolar de alunos surdos, um fenômeno estrutural que está na base da educação e de difícil compreensão e mudança.(SKILIAR, *et al.*,2001) procura entender por que acontece o fracasso escolar muitas vezes atribuído a pessoas surdas e / ou deficientes, mas que precisa ser compreendido como um complexo mecanismo que envolvem fatores sociais, políticos, linguísticos, históricos e culturais.

De acordo com as aulas ministradas por uma professora (intérprete), em um curso de formação inicial de professores das séries iniciais do ensino fundamental que estive presente, em um depoimento informal, para superar o fracasso na inclusão de alunos surdos, além de professores motivados, também é necessário investimentos em cursos de ensino de Libras, que não é comum nas pequenas cidades.

Sabe-se que apenas o curso de Libras na formação de professores não se mostra suficiente para entender esses alunos, e muito menos para identificar alunos que ainda não foram reconhecidos com a surdez. Uma das possíveis motivações para o interesse real em aprender a língua brasileira de sinais, relatado pela intérprete, é quando realmente se deparam com algum aluno surdo e percebem a necessidade em adquirir esse conhecimento, para que possam incluir esse aluno perante a turma.

Para que haja sucesso na inclusão, a língua brasileira de sinais, assim como a língua portuguesa, deve fazer parte do currículo básico no ensino superior e fazer parte dos conteúdos aprendidos por todos os alunos, mostrando assim respeito por eles. A inclusão depende do envolvimento direto dos professores, evitando improvisos e frustrações na aprendizagem dos alunos surdos. Para os professores já formados, o incentivo e investimentos em políticas públicas educacionais, incentivando formação continuada de profissionais da educação, torna-se relevante e essencial.

Conforme mencionado no início, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os aspectos relacionados a formação profissional dos professores, para a escolarização de alunos surdos e seus objetivos específicos foram divididos em dois, a saber: analisar o histórico do ensino para alunos surdos e entender o processo formativo dos

professores para receber este aluno. Com isso, espera-se que com o melhor preparo para receber esses alunos, a aprendizagem e a comunicação seja um fator de prioridade para incluí-los de fato em salas regulares de ensino.

O método será composto por levantamento bibliográfico e análise qualitativa de materiais coletados nas bases de dados, entre as quais: SciELO, Google Acadêmico, BVS-Psi, Catálogo de Teses da Capes. Espera-se reunir vasto material, entre artigos, capítulo de livros, dissertações e teses que tratem sobre o assunto e aprofundem a análise da temática. O enfoque dos estudos será nas séries iniciais do ensino fundamental.

Esta pesquisa busca promover uma reflexão, sobre os problemas e os enfrentamentos que os professores têm em busca de novos conhecimentos, na área de inclusão de alunos surdos, e mostrar que para uma nova formação, acabam enfrentando outras barreiras, sejam elas incentivos e investimentos em políticas públicas educacionais e um preparo maior desde o princípio, na sua formação acadêmica.

O primeiro capítulo irá abordar os aspectos históricos das pessoas surdas, e dos principais estudiosos, que foram um marco na história dos surdos, e de como esses estudiosos foram importantes para a educação dos surdos até os dias atuais. Ainda neste capítulo, será abordada a história da surdez no Brasil, salientando as mudanças que ocorreram até os dias atuais.

No segundo capítulo o enfoque será na formação docente e suas motivações para buscar a formação para se tornar professores de alunos surdos, e quais saberes são necessários para tornar-se professor habilitado em Libras.

1 RESGATE HISTÓRICO DA LIBRAS E SUA TRAJETÓRIA ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Neste capítulo buscaremos refletir e compreender um pouco dos aspectos históricos das pessoas surdas, de como foi a evolução da aprendizagem através da história, seguindo diferentes métodos de ensino, de como cada método contribuiu para a evolução da aprendizagem e como surgiu a língua de sinais.

Através deste estudo pretende-se entender a evolução e as conquistas ao longo do percurso histórico da surdez, e compreender no que essa evolução refletiu até os dias atuais para alunos surdos.

1.1 Como era entendida a pessoa surda no passado até os dias atuais

De acordo com Duarte et al (2013), existem poucos registros históricos, sobre as pessoas deficientes no mundo antigo. As pessoas surdas, que tivessem um grau elevado de força física, resistência, e possuíam semelhanças físicas eram comparadas as pessoas normais e assim incluídas na sociedade. Porém, as que não tivessem essas características e não fossem fortes e robustas eram consideradas um fardo para a sociedade na antiguidade assim sendo, eliminadas. Segundo Strobel, no Egito e na Pérsia acreditavam-se que:

os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e 'adoravam' os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social. (STROBEL apud DUARTE et al., 2013, p.1716)

A história sobre a surdez nos séculos passados, apontavam que os surdos eram vistos como pessoas incapazes de aprender, de conviver com pessoas ditas normais e pensavam que o raciocínio estava diretamente ligado a fala. As pessoas surdas eram abandonadas, por serem consideradas selvagens e muitas vezes mortas (DUARTE et al, 2013).

Até o século XV, as pessoas surdas eram vistas como não educáveis, marginalizados perante a sociedade não tendo nenhum de seus direitos garantidos. A igreja monástica teve um papel importante para os surdos, pois lá viviam religiosos beneditinos, que seguiam regras dentro do mosteiro. Curiosamente, muitos desses

religiosos deveriam fazer voto de silêncio, afinal as igrejas eram um espaço de penitências, e através do voto de silêncio, acreditavam que seriam purificados, desse modo, criaram um método não verbal para sua comunicação. Nos mosteiros também eram realizados alguns trabalhos e para que eles fossem desenvolvidos, era necessária alguma forma de comunicação. Assim, criaram o método de sinais, que mais tarde iria dar origem ao ensino de pessoas surdas. Ainda segundo (DUARTE et al, 2013), os sinais monásticos através do voto de silêncio que existiam nos mosteiros, fizeram compreender que a comunicação pelos gestos, constituía uma forma significativa e válida para pessoas surdas.

Somente após a idade média, com o interesse de famílias ricas e da igreja, que pesquisas começaram a ser feitas sobre a surdez e, a partir de então, essas pessoas começaram a ser incluídas em suas famílias. As famílias ricas da sociedade pagavam, para que seus filhos surdos fossem alfabetizados, para então compreendê-los e para que a riqueza da família permanecesse entre elas (SCHLÜNZEN; DI BENEDETTO; SANTOS, 2012).

Segundo Duarte et al (2013) uns dos primeiros registros de educação, voltada para pessoas surdas foi por volta de 673 d.C., feita pelo arcebispo inglês John of Beverly, que ensinou um surdo a falar de forma compreensível e foi considerado para muitos um milagre, porém seu método não foi usado posteriormente. Outros métodos foram criados, para o ensino de pessoas surdas por educadores, sendo que, um deles chamou atenção, o método criador por Girolamo Cardano (1501-1576), médico que criou o conceito em que os surdos aprendiam por símbolos, ou seja, poderiam ascender às representações sociais. A partir desse método concluiu-se que essas pessoas poderiam ser alfabetizadas e tornarem-se aptas ao convívio social.

Outro importante educador para pessoas com surdez, foi espanhol padre beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584), que como caráter histórico foi o primeiro educador para pessoas com deficiência auditiva. Leon utilizava com seus alunos sinais, por conta de um voto de silêncio que havia feito na Espanha, assim ele conseguia ensinar dois alunos da mesma família, que foram viver no mesmo mosteiro onde Pedro Ponce de Leon vivia, concluindo assim que, seus alunos eram capazes de realizar diversas atividades, inclusive raciocinar, através de seu trabalho com seus alunos, Leon foi reconhecido em toda Europa (SCHLÜNZEN, DI BENEDETTO e SANTOS, 2012).

Segundo Lacerda (1998), em 1750 na França, outro importante representante dos estudos sobre pessoas surdas, foi o abade Charles M. de L'Épée, que foi o primeiro a aprender e estudar a língua de sinais usadas por pobres surdos que viviam nas ruas de Paris e notar que os sinais usadas pelos surdos existiam uma característica linguística. Para desenvolver seus estudos com seus alunos ele observou grupos de surdos e notou que através da linguagem viso-gestual, esse grupo de alunos desenvolviam-se bem. A partir dessa observação ele desenvolveu um método educacional, pautada na gramática dos sinais que aproximava da língua Francesa que mais tarde seria lapidado, levando ao surgimento do método de "sinais metódicos". Com esse método, os professores deveriam aprender com seus alunos a língua de sinais, assim mantendo como um método de comunicação através da fala e da escrita.

L'Épée fundou no ano de 1775, a primeira escola a obter auxílio público, que ensinava alunos surdos de maneira agrupada, utilizando o método de sinais metódicos. Mais tarde, muitos de seus alunos, se tornariam professores, disseminando seus ensinamentos (LACERDA, 1998)

Segundo (REILY,2007), ao contrário de muitos estudiosos da época que escondiam os métodos usados para ensinar alunos surdos, L'Épée compartilhava suas ideias com todas as pessoas que tinham interesse em estudar mais sobre pessoas surdas, a conhecer o método desenvolvido através de seus estudos, e desse modo, os Estados Unidos e posteriormente o Brasil se inspiraram no método francês de L'Épée.

De acordo com Lacerda (1998), muitos estudiosos oralistas, não aprovavam o método de sinais metódicos, utilizado por L'Épée, defendendo a ideia de que o pensamento só era plenamente desenvolvido através do oralismo, e que a língua de sinais-seria irrelevante e, desse modo, não deveria ser utilizada.

Em 1815 Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851), um professor americano, foi em busca de novas técnicas de ensino na França, lá obteve apoio no Instituto Nacional dos Surdos-mudos, onde teve acesso ao método francês sinalizado. Mais tarde, no ano de 1817, acompanhado do aluno surdo Laurent Clèrc (1785-1869), fundou nos EUA a primeira escola para surdos que usavam as técnicas francesas. À medida que as duas técnicas, a americana e a francesa, iam sendo utilizadas, foi inevitável a misturas entre elas. Em 1864, o filho de Thomas, Edward Gallaudet, fundou a primeira

universidade para surdos utilizando as técnicas francesas (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

Ainda conforme Duarte et al (2013), após a morte de Laurent Clèrc, que tinha se tornado um importante representante dos surdos, houve uma grande opressão contra as minorias linguísticas, e nesta época, houve uma grande revolta contra as conquistas na utilização da língua de sinais, fazendo com que a sociedade se voltasse contra a minoria surda.

Um dos mais importantes representantes do oralismo, foi o Alexander Graham Bell (1847-1922), que tentava criar um equipamento para amplificar o som, a fim de se comunicar com sua esposa, acabou criando o telefone em 1878 (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

No mesmo ano, em 1878, houve o primeiro congresso realizado em Paris sobre a instrução dos surdos, onde foram discutidos quais eram os melhores métodos para a comunicação com as pessoas surdas, nesta época, muitos defendiam que a fala seria melhor do que usar sinais. Neste congresso os surdos tiveram a primeira grande conquista perante a sociedade, foi decidido que eles poderiam enfim realizar assinaturas em documentos, uma vez que até então, eram marginalizados e não tinham esse direito (LACERDA, 1998).

Em 1880, foi realizado o segundo congresso internacional, em Milão, onde houve grandes mudanças para a comunidade surda da época. Fez parte desses debates grande parte dos estudiosos que defendia o oralismo, e a partir daí, diante de muitas discussões, concluiu-se que a linguagem gestual fosse praticamente banida da forma de comunicação dos surdos, alegando que o uso de sinais desviava o surdo da aprendizagem da língua oral, que era mais importante do ponto de vista social (LACERDA, 1998).

A meta decidida neste segundo congresso foi aproximar o surdo da comunicação ouvinte levantando a seguinte questão:

Havia, de fato, verdadeiros dilemas, como sempre houvera, e eles existem até hoje. De que valia, indagava-se, o uso da língua de sinais sem a fala? Isso não restringiria os surdos, na vida cotidiana, ao relacionamento com os outros surdos? Não se deveria, em vez disso, ensiná-los a falar (e ler os lábios), permitindo a eles a plena integração com a população em geral? A comunicação por sinais não deveria ser proibida, para não interferir na fala?[...] Aparentemente, esses dilemas, esses debates da década de 1870 vieram ganhando força sob a superfície ao longo de um século de realizações, que podiam ser vistas, e foram vistas, por muitos como

perversas, conducentes ao isolamento e a um povo excluído. (SACKS, 1989, p33-34)

Após o segundo congresso, durante cem anos o oralismo foi usado por muitas escolas, embora alguns surdos, ainda usassem a língua de sinais em momentos informais fora do ambiente escolar (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

Após anos do oralismo, em 1960 começaram a surgir estudos sobre a língua de sinais do ponto de vista linguístico. Willian Stokoe (1978 apud LACERDA 1998), pesquisando sobre a língua de sinais americana, notou que a combinação entre a prática de uso de sinais, leitura orofacial e a ampliação do alfabeto digital, mais a junção de estudos voltados para os parâmetros do uso das mãos para sinalizar, resultaram em três fundamentos para a comunicação de surdos: o lugar no espaço onde as mãos se movem, a configuração das mãos ao realizar os sinais e o movimento das mãos ao realizar o sinal, que deram origem a nova forma de comunicação, denominada comunicação total (LACERDA, 1998).

Diante de tantas controversas sobre qual seria o melhor método para os surdos se comunicarem, bem como na aprendizagem, no que se refere ao método de ensino que favoreça a aprendizagem individual, respeitando todas as pessoas, com suas especificidades, muitas questões emergem. Sabe-se que um método que favoreça a aprendizagem para uma pessoa, pode não se mostrar eficiente para outra pessoa surda. Assim, torna-se importante continuar acompanhando o contexto histórico e cultural para observar como esta equação foi sendo resolvida.

1.2 Histórico da Surdez no Brasil e Documentos Oficiais na Educação Inclusiva

No Brasil o marco inicial para pessoas surdas, foi em 26 de setembro de 1857, com a inauguração do primeiro Instituto Nacional de Educação de Surdos-mudos, atual Instituto Nacional dos Surdos (INES), a primeira escola situada no Rio de Janeiro, que utilizava a filosofia oralista e a partir de então propiciando a Libras (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

O método do oralismo consiste no ensino pelo método oral, na qual a pessoa surda, mesmo não sendo apta a ouvir os sons do ambiente, é estimulada e preparada para compreender o método oral (SOARES, 2005).

Em 1951 teve início no Instituto Nacional de Educação de Surdos, o primeiro curso de formação de professores para surdos no Brasil, com duração de três anos, neste ano, os professores ainda ensinavam seus alunos utilizando o método oralista. (SOARES, 2005).

Em 1961 o atendimento educacional para pessoas com deficiência passou a basear na LDBEN, Lei nº4.024/61, que passou a garantir que pessoas com necessidades educacionais tivessem o direito a frequentar o sistema geral de ensino (BRASIL, 1961).

Somente em 1970, a comunicação total, que é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital, começou a ser utilizada, e somente uma década depois, deu origem ao bilinguismo (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

Após décadas, as pessoas surdas vêm obtendo conquistas, mas as grandes mudanças começaram a partir do surgimento da legislação brasileira, como por exemplo, a Constituição de 1988, que tem como objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer origem, que passou a garantir a democracia, e os direitos das pessoas com deficiência. A Constituição de 1988 juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases, passaram a garantir com base nos artigos 4º, inciso 58,59,60 o direito de igualdade de oportunidade no âmbito educacional, com o reconhecimento dessa nova lei todas as pessoas com deficiência passaram a ter seus direitos respeitados (MORI; SANDER, 2015).

Outra grande conquista nos marcos legais para pessoas surdas e com deficiência foi a Declaração de Salamanca realizada na Espanha nos dias 07 a 10 de junho em 1994, que institui que toda criança tem direito a frequentar classe regular de ensino, a fim de evitar ações de cunho discriminatório, a Declaração de Salamanca passa a influenciar a formulação de políticas públicas da educação inclusivas; essa conferência tem um olhar voltado para a quantidade de crianças, jovens e adolescentes sem escolarização, e passa a garantir e assegurar que os mesmos permaneçam na escola (BRASIL, 1994).

Em 1994, foi publicada a Política Nacional da Educação Especial, que deixa claro a “integração instrucional”, que possibilita que todos os alunos que apresentem condições de desenvolver atividades e classe comuns devem ser incluídas com os demais ditos normais (p,19), embora esse pressuposto não traga novas reformulações nas práticas educacionais de maneira que valorizem as diferenças,

ainda assim mantém a responsabilidade educacional no âmbito de educação especial. (BRASIL, 1994).

Outro documento importante, mas que pouco contempla a inclusão de alunos surdos, é a Base Nacional Comum Curricular, esse documento faz parte do Plano Nacional da Educação, que previsto na constituição de 1988, a primeira versão foi criada em 2014, e teve a sua terceira homologada pelo MEC em 2017. A BNCC é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 1994).

A lei nº10.098/00 (BRASIL, 2000) no artigo 18 destaca; “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais, e guia intérpretes, para facilitar a comunicação com as pessoas deficientes com dificuldade de comunicação”.

Outra lei de grande importância para a conquista da comunidade surda, foi o decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005, (BRASIL, 2005), que regulamenta a lei da Libras em 24 de abril 2002, lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), e que reconhecia a Libras como meio legal da comunidade surda brasileira (DUARTE, NEUMA, *et al.*, 2013).

A partir da lei 10.436 (BRASIL, 2002), o governo passou a ver a necessidade da língua Brasileira de Sinais, fazer parte dos cursos de formação de professores, e passa a ser obrigatória nos cursos de licenciatura e nos cursos de fonoaudiologia. Depois desse decreto, criaram-se cursos superiores para formação em Letras-Libras, e para formação de tradutores / intérpretes de Libras. (MORI; SANDER,2015)

Diante dessas leis que surgiram para garantir o direito dos surdos, o Ministério da Educação junto a secretaria da educação especial, regulamentaram o decreto nº 6.571 (BRASIL, 2008), de 18 de setembro de 2008, que passa a ser responsável pela organização da oferta do Atendimento Educacional Especializados (AEE), dando a orientação necessária para garantir a aprendizagem de alunos com necessidades especiais em classes regular de ensino, este decreto foi revogado pelo decreto N° 7.611 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011)

Assim, com a promulgação de todas as leis, e diante dos esforços de vários estudiosos sobre a surdez durante décadas, espera-se que os direitos, sejam de fato

postos em prática, e assim, todos os alunos estejam incluídos em classe regulares, e tendo seu aprendizado garantido.

1.3 Diferentes Tipos de Educação Voltadas para Pessoas Surdas no Brasil

A educação dos surdos desde séculos passados tem passado por diversas transformações, conforme estudiosos citados acima nesta pesquisa, em cada época, em diversos lugares ou dependendo o estudioso que pesquisava, acreditavam-se que tinham que ser utilizadas determinadas tendências metodológicas em detrimento de outras. Contudo, mesmo diante de tantas observações e estudos nota-se que ocorreram transformações. Nesse contexto é preciso identificar cada uma dessas tendências para saber as diferenças entre elas.

Existem três tendências educacionais para pessoas surdas, a saber: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Segue abaixo uma breve explicação sobre cada uma delas:

O oralismo visa que as pessoas com surdez, aprendam o método oral, utilizando a leitura labial, e aprendendo a usar a voz. Esse método visa a integração entre as crianças surdas e a comunidade ouvinte. Segundo Sá (1999 apud Damázio, 2007), esse método não demonstra ser eficaz, ocasionando déficits cognitivos e propiciando o fracasso escolar.

A comunicação total entende que as pessoas surdas devem utilizar todos os métodos de comunicação, tanto a orofacial quanto a sinalizada. Essa proposta tem semelhança com o Oralismo, não dando seu devido valor à Língua de Sinais (DAMÁZIO, 2007).

Já o bilinguismo é a proposta em que o surdo deve aprender as duas línguas de seu país, sendo que a primeira a aprender seria a sua língua materna, ou seja a de sinais, e a segunda língua seria a falada em seu país de origem, no Brasil, o português (DAMÁZIO, 2007).

Nesse contexto nota-se que a Língua Brasileira de Sinais mostra ser a proposta mais eficiente para a educação dos surdos, pois ela respeita a habilidade que os surdos demonstram em aprender e favorecem bom convívio em sociedade, incluindo como segunda proposta a língua Portuguesa.

2 FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS MOTIVAÇÕES

Neste capítulo vamos compreender, quais são os caminhos necessários para que um professor se torne intérprete de Libras. A busca por respostas para algumas questões diretamente ligadas a formação docente para que a inclusão aconteça de fato, de uma forma que traga benefícios ao aluno e ao professor, que estando mais preparado, pode acolher melhor esse aluno em sala de aula.

Também vamos saber quais são as motivações que levam esse professor a capacitar-se para receber esses alunos, se essa motivação parte de algum tipo de experiência, ou se essa motivação acontece através de motivos pessoais na qual não deveria ser o principal fator.

2.1 Saberes Docente, Desafios para se Tornar um Professor Intérprete de Libras

Conhecer os caminhos necessários para ter a formação docente na área de língua brasileira de sinais, é um dos grandes desafios para que alunos surdos tenham seus direitos garantidos.

Muitas vezes para que a educação inclusiva aconteça é necessário investimentos na formação docente, também é necessário que haja uma reestruturação curricular, para que o professor, consiga lidar com diferentes especificidades com pessoas surdas, além de uma carga horária, que de fato efetive a aprendizagem e a formação do docente. (SILVA e RINALDI, 2018).

Embora existam muitas leis que garantam os direitos, para que alunos surdos tenham seu direito ao ensino garantido, torna-se fundamental que o estado cumpra com sua parte, bem como as instituições de ensino, incentivando, estimulando e cobrando a realização de cursos e formações, voltados à temática, tanto no que concerne à formação inicial, como na formação continuada.

O MEC em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no início do ano de 2019 possuía 13 polos para formação de professores e no final de 2019 pretendia chegar a 15 polos. Essa proposta foi votada em 2018 e as metas para o ano de 2020 seria de 20 polos e para 2021, 27 sendo um em cada estado. O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), formava cerca de 300 professores intérpretes por ano, mas o objetivo é formar 1500 professores intérpretes de Libras,

sabendo que há um déficit no número de professores atuante como professor de Libras. (MEC, 2019)

Uma informação de suma importância que é necessário compreender é que existem diferenças entre Intérprete de Libras e Tradutor de Libras.

Segundo consta (MEC, 2004) o Intérprete de Libras é a pessoas que interpreta uma dada língua para a outra ou desta determinada língua para outra determinada língua de sinais. Já o tradutor é a pessoa que traduz o texto escrito para outra língua.

Considerando que a inclusão de alunos surdos é um direito, a formação do professor de forma continuada, faz toda a diferença no processo comunicativo e na aprendizagem dos surdos, tendo em vista que esse processo comunicativo é um dos grandes problemas, quando um aluno surdo é inserido em sala de aula regular de ensino (MARQUES, 2013).

Diante dessa questão sobre como é feita a inclusão, surgem uma série de questionamentos: como deve ser a formação docente, para que ocorra de maneira que venham atender as necessidades desses alunos? Como a metodologia usada pelo professor e como o currículo podem interferir para o processo de aprendizagem?

Tais questionamentos nos levam a procurar respostas sobre como seria uma educação inclusiva de qualidade, tendo como base leis, decretos e autores que representam a temática (MARQUES, 2013).

Segundo (MARQUES, 2013), para que ocorra de fato uma formação inicial adequada aos docentes, o ideal esperado é que seja pautada em experiências teóricas e práticas, para que ocorra uma preparação mais eficaz, evitando o imprevisto em sua prática educativa, e assim, garantindo que esse docente tenha um melhor preparo para encarar os novos desafios. Desta forma, Saviani (2010 apud MARQUES, 2013, p.53) explica que:

a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite a realização de uma prática pedagógica coerente [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos de ensino ministrado.

Segundo Marques (2013) a proposta da educação voltada para pessoas surdas deve fazer parte das discussões entre os docentes. Ainda hoje, percebe-se que faltam investimentos em pesquisas acadêmicas, material didático e humano, com incentivos

na prática da difusão do conhecimento teórico-prático. Desta forma, um trabalho mais consistente que mostre respeito aos alunos surdos que precisam de fato, ser inseridos de uma forma mais justa na sociedade.

Um dos processos importantes para um olhar específico da inclusão de alunos surdos, parte de um olhar diferenciado sobre o papel do professor, criando mecanismo, promovendo o processo de ensino-aprendizagem, a interação e socialização entre aluno e professor. Torna-se importante, perceber as diferenças que existem desmistificando a ideia de que a sociedade é homogênea, assim respeitando as diferenças (MARQUES, 2013).

Segundo (MATTOS, 2016), a formação inicial e continuada de professores passou a ter um olhar diferenciado do governo, na LDB, após a Conferência Mundial de Educação para todos, em 1990, e na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, em 1994, a partir daí os alunos com deficiência, passaram a ter o “direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996 apud MATTOS, 2016, p12).

Desse momento em diante, o estado passou a pensar em diferentes estratégias para melhoria da formação dos professores de educação básica, acessibilidade e inclusão, pautada nas leis e normativas que passaram a garantir esse direito de todos alunos. Uma dessas estratégias foi a implementação do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criada em 04 de julho de 2012 pela portaria Ministerial nº867, que tinha como objetivo principal que todas crianças com idade de 8 anos fossem alfabetizadas. Mesmo com esse Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), notou-se que ainda assim os professores não estavam tendo o preparo suficiente para receber alunos surdos, desde então, passou-se a questionar a formação dos professores alfabetizadores de alunos surdos para identificar as necessidades na política de formação docente no Brasil (MATTOS, 2016).

Segundo (MATTOS, 2016), ainda que o governo demonstre interesse e tenha se esforçado, através da criação de diversos decretos e leis para a inclusão desses alunos na sala regular de ensino, ainda existe uma lacuna no ensino e aprendizagem de alunos surdos, pois professores alfabetizadores não recebem um direcionamento efetivo para sua formação, demonstrando que a alfabetização e a inclusão de alunos

surdos é um assunto que ainda necessita de muita atenção, pesquisa e esforços para que de fato aconteça.

Segundo (SPERB e THOMA, 2012), a inclusão de alunos surdos devem ocorrer de maneira que respeitem as diferenças linguística e cultural do surdos, tendo como princípio o ensino da Libras como primeira língua e língua portuguesa como segunda língua, a proposta de educação bilíngue demonstra respeito as diferenças.

Mesmo que em algum momento tenham pessoas que acreditem que as escolas bilíngues sejam um instrumento de segregação, seria improvável o sucesso de aprendizado somente com a presença de intérpretes de Libras, visto que esses alunos não estão tendo a mesma oportunidade de aprendizado que os outros alunos ouvintes, isso só é garantido através do ensino das duas línguas (Libras e língua portuguesa). Quando as duas línguas fizerem parte da vida desses alunos na alfabetização, a segregação poderá ser mitigada, pois estará sendo oferecidas as mesmas oportunidades a todos (MATTOS, 2016).

De acordo com (MUTTÃO e LODI, 2018), a educação de surdos não tem sido contemplada de forma efetiva, pois, segundo as autoras não basta contemplar somente o ensino de Libras sem que esse ensino trabalhe de forma interdisciplinar com as outras matérias, ou seja, por meio da reiteração do conteúdo. Ainda segundo as autoras a formação de professores para a inclusão desses alunos é feita de forma bastante genérica, pois os professores são preparados para a inclusão de alunos com deficiência de um modo geral, não preparando de fato esse professor para receber alunos surdos em sala regular de ensino. Somente o ensino de Libras, em cursos de curta duração, não garante a esses professores utilizá-las em toda dimensão discursiva.

Além disso, as pesquisadoras relatam uma formação incompleta no currículo dos professores educadores, proporcionando pouco ou nada sobre os aspectos pedagógicos. Ainda comparam que a formação de professores de surdos deve ser semelhante aos professores de língua estrangeiras propiciando conhecimento e vivências para efetivar de fato uma boa formação.

Portanto no que diz respeito a formação docente para inclusão de alunos surdos, diante das pesquisas analisadas, pode-se perceber que a formação inicial oferecida em cursos regulares de formação de professores, não é suficiente para garantir um bom aprendizado a esses alunos. Além disso, não basta somente saber Libras e

trabalhar com os alunos de forma descontextualizada, isolada das demais disciplinas, sendo importante uma relação com as demais áreas em sua formação.

Por outro lado, a formação continuada docente, segundo Chimentão (2009), fala da importância entre articulação entre teoria e prática, e do poder de transformação do fazer pedagógico, contribuindo com a formação de professores mais preparados, profissionais dotados de fundamentação teórica. Diante da velocidade das transformações, é extremamente necessário que um bom profissional busque por novos aprendizados, aperfeiçoamento dos seus saberes curriculares, pedagógicos e do mundo, mantendo-se assim sempre bem atualizados e bem informados.

Para que a formação continuada seja realmente efetiva, é necessário que seja significativa para o professor. Para o sucesso dessa formação, é necessário o olhar para cada professor respeitando a diversidade de suas histórias e um olhar para as necessidades reais do cotidiano escolar do professor (CHIMENTÃO, 2009).

2.2 A Motivação do Professor a Tornar-se Um Intérprete de Libras

Em sala de aula o professor nem sempre se encontra preparado para receber todos alunos e oferecer a eles toda oportunidade de ensino que cada aluno tem direito. Pensando nisso, quais são as motivações que levam o docente a se especializar e se preparar para receber alunos surdos?

Motivação que muitos professores acabam perdendo ao longo de sua carreira docente devido à falta de preparo e reconhecimento por parte da sociedade. Segundo Gadotti (2011, p.67):

Diante das dificuldades da prática docente, do desencanto dos nossos alunos, muitos e muitas professoras são vítimas da “síndrome da desistência”. Ela é expressa da exaustão emocional provocada pelo aumento de quantidade de trabalhos e pela despersonalização provocada pela sua baixa valorização social a realização pessoal.

Diante das dificuldades enfrentadas em sala de aula por todos professores, para o autor Maurice Tardif, relata em sua obra Saberes Docentes e Formação Profissional, a importância em ressaltar e valorizar todos os saberes necessários para que o professor possa exercer a profissão com êxito, “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (p.54).

Em sua obra (TARDIF, 2010), relata 4 importantes saberes necessários para a formação profissional do professor que são elas: Saberes da Formação Profissional, Saberes disciplinares, Saberes Curriculares e Saberes Experienciais.

Os Saberes da Formação Profissional consistem na formação inicial/continuada, que são transmitidos igualmente a todos os professores durante sua formação. (TARDIF, 2010)

Os Saberes Disciplinares que estão relacionados aos diferentes campos de conhecimentos, adquiridos perante a sociedade em instituições escolares durante o processo de aprendizagem. (TARDIF, 2010)

Saberes Curriculares são os conhecimentos relacionados com a forma que todas as instituições seguem para ensinar os alunos, conhecimentos pré definidos pela gestão escolar, que norteiam o trabalho do professor. (TARDIF, 2010)

Saberes Experienciais: que estão diretamente ligadas as experiências vivenciadas pelo docente em sala de aula no exercício da atividade profissional do professor, relacionados com suas experiências no espaço escolar e na vivência com seus alunos. Esses saberes são fatores motivadores na busca de novos conhecimentos na formação docente. (TARDIF, 2010)

De acordo com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), a formação de intérpretes de Libras deve ser imparcial de suas preferências pessoais, religiosas e amizades, para que se formem bons intérpretes e para que a profissão seja valorizada, contribuindo através de encontros, capacitações e oficinas de aprimoramento (ANTONIO, MOTA e KELMAN, 2015).

Mesmo com as orientações da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), nota-se que o que mais acontece no dia a dia do professor é que essa motivação surja através das vivências em que são expostas. De acordo com o depoimento de uma professora intérprete de Libras, durante uma aula ministrada aos alunos de formação de professores, em ATPC no ano de 2019 a qual faço parte, ela nos relatou que sua principal motivação para sua formação, foi o fato de durante sua carreira docente ela ter se deparado com um aluno surdo e não ter o preparo suficiente para lidar com a inclusão, esse fato fez com que ela despertasse o interesse em aprender mais sobre a Língua Brasileira de Sinais, e a partir desse momento em diante, ela com a convivência que teve na escola com os surdos, passou a ter o preparo suficiente para se tornar uma representante no município da classe surda.

Outro relato importante de motivação para se tornar uma estudiosa na área da surdez, são os relatos da autora Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado, que em seu livro: *Professores De Surdos Educação Bilingue, Formação e Experiências Docente*, retrata sua vivência com pessoas surdas da sua família durante sua infância. A autora é filha de surdos, o que fez com que a vivência e a paixão pela cultura surda, fosse uma inspiração sobre seu trabalho. Através de estudos rigorosos e de sua vivência, a autora consegue problematizar as experiências por ela vivida e ainda fazer uma ponte entre a experiência vivida e as pesquisas por ela desenvolvidas (VIEIRA-MACHADO, 2016).

Assim como existem exemplos reais de diversas motivações para se tornar um intérprete de Libras, também podemos exemplificar com um filme longa-metragem que trata do assunto sobre a vida de um professor que descobre que seu filho é surdo, apresentado no filme *Mr. Holland: Adorável Professor* (1995). A situação representada no longa-metragem mostra a realidade que muitos professores vivem ao se deparar com uma situação que não imaginam viver, a de não ter o preparo e se ver motivado a aprender Libras diante dos desafios que a vida lhe impôs.

No filme o professor Mr. Holland, descobre que seu filho ainda bebê, é surdo. Em um primeiro momento, o professor se recusa a procurar ajuda em colocar seu filho em uma escola especializada no ensino de Libras, mesmo sendo professor ele não sabia a Libras, e achava que seu filho não era capaz de entender as pessoas que convivia com ele, ou seja, a mãe e o pai. Por perceber a necessidade de se comunicar com seu filho a esposa de Mr. Holland procura ajuda e matricula seu filho em uma escola, que além de ensinar o menino a comunicar-se com as outras pessoas pedia que os pais também aprendessem a Libras para então conseguir com ele. Em um primeiro momento o professor se mostrou resistente ao fato de aprender Libras, mas com o passar do tempo percebeu que o fato de saber Libras poderia facilitar o convívio com seu filho. A partir disso, percebeu que aprender Libras ia aproximar e facilitar o entendimento entre os dois, Mr. Holland, aprendeu a Libras e a convivência entre pai e filho passou a ser melhor, pois o pai conseguia entender e comunicar com ele (MR. HOLLAND: ADORÁVEL PROFESSOR, 1995).

Muitas vezes o professor encontra-se em uma situação emergencial de aprender Libras, pois ao receber um aluno surdo precisará, tal como Mr. Holland, comunicar-se com ele. Para ter o mínimo de entendimento entre ambas partes é necessário

aprender Libras, mas isso não seria o ideal de acontecer, uma vez que todo professor deveria ter um bom preparo para receber esses alunos em sala regular de ensino, para no mínimo conseguir entender as necessidades básicas do aluno no seu dia a dia.

Com essa pesquisa percebe-se que o assunto sobre a formação de professores para a inclusão de alunos surdos, apesar de ter tido muitas conquistas, ainda precisa muito investimento por parte do governo e incentivos para que professores tenham mais facilidade para sua formação. É necessário também investimentos em pesquisas para que cada dia mais os surdos tenham seus direitos garantidos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em uma reflexão, sobre os caminhos percorridos e as conquistas que as pessoas surdas enfrentam até os dias atuais, para terem seus direitos garantidos, e de como se faz a formação docente para a inclusão de alunos surdos na sociedade.

As pessoas surdas eram vistas como um fardo para a sociedade, muitas vezes sendo excluídas do convívio com a sociedade e abandonadas por suas famílias. Muitas vezes os surdos eram vistos como incapazes de aprender e eram privados de conviver com suas famílias, que não conseguiam comunicar-se adequadamente com elas.

Somente com a intervenção da igreja surgiram os primeiros métodos de comunicação entre pessoas surdas e as outras pessoas de seu convívio. Após o método monástico usado pela igreja, muitos outros surgiram através de estudiosos da área.

Ao longo da história das pessoas surdas, percebemos que houve muitas conquistas, mas que ainda é necessário percorrer um longo caminho para que realmente as pessoas com surdez tenham seus direitos garantidos.

Historicamente as pessoas surdas sempre enfrentaram diversas dificuldades para ter um espaço justo na sociedade, e essas dificuldades, apesar de muitos avanços, ainda fazem parte de suas vidas.

Um dos problemas que ainda hoje são enfrentados por crianças surdas, é a falta de preparo do professor em identificar a surdez precocemente, e muitas vezes, confundi-las com outras síndromes como o autismo, causando a essa criança e sua família dúvidas e um atraso no seu desenvolvimento cognitivo, bem como, transtorno para sua vida.

A falta de preparo na formação do professor, muitas vezes só é notada quando esse professor encontra com um aluno surdo em sala de aula regular de ensino, e quando isso acontece, muitas vezes o professor sente a necessidade em aprender Libras e se depara com outras dificuldades, como a falta de cursos de ensino de Libras em cidades pequenas. Por esse motivo, muitas vezes torna-se um empecilho, diante das dificuldades de locomoção devido a distância e por questões financeiras investir para aprender Libras, partindo de uma motivação pessoal.

Faz-se necessário que esse tipo de situação, do professor aprender Libras diante das necessidades, seja evitada, pois muitas vezes esse professor evita os imprevistos. Afinal, é melhor prevenir do que remediar.

Outro fator de grande importância para professores em formação de intérpretes de Libras, é respeitar as especificidades de cada aluno, para que realmente haja a inclusão, tendo um olhar mais cuidadoso respeitando as diferenças entre eles.

É necessário destacar a importância desse olhar para a inclusão de alunos surdos em classes regulares de ensino, mas para que isso aconteça de forma efetiva, precisamos de investimentos e incentivos a professores em sua formação.

Mesmo com todos os avanços com a criação de leis que favorecem a inclusão, ainda é necessário investimentos em políticas públicas, que ofereçam condições para formações de professores desde a sua formação inicial, passando pela formação continuada, incentivo em criação de escolas capacitadas para formação específica desses profissionais também em cidades pequenas e investimentos em espaços apropriados para receber alunos com surdez. Sabe-se atualmente, que é fundamental que os alunos surdos tenham sua dignidade respeitada e que lhes sejam oportunizados a convivência com outras pessoas e a comunicação de forma igualitária.

A inclusão de alunos surdos é um assunto que necessita de um olhar amplo, que ainda exige um empenho em incluir crianças surdas em todos os espaços. Documentos que foram criados para garantir um ensino de qualidade como a Base Nacional Comum Curricular, não são claros quando tratam da inclusão de alunos surdos, tratando a inclusão de alunos com deficiência como um bloco único, sem olhar para as especificidades de cada grupo. Tais documentos ainda precisam de ajustes para que contemplem a inclusão de forma mais ampla.

Outro ponto chave refere-se à necessidade de investimentos em pesquisas, para o aprofundamento do conhecimento na área da inclusão de alunos surdos.

Concluindo este trabalho, observou-se que uma inclusão de fato, necessita de ações voltadas para a capacitação dos professores em sua formação inicial e continuada, possibilitando que esse professor tenha contato com a Libras desde o início de sua formação e ao longo de sua carreira, e que documentos importantes da educação, possam contemplar de forma clara as especificidades de cada grupo respeitando as diferenças entre todos os alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Luis Cláudio Oliveira; MOTA, Paola Rodrigues; KELMAN, Celeste Azulay. A Formação Do Intérprete Educacional E Sua Atuação Em Sala De Aula. **Revista Ibero Americana De Estudo Em Educação**, Araraquara SP BRASIL, v. 10, julho-setembro 2015. disponível em: < <https://bit.ly/2XH490j> > Acessado: 14 de jun de 2020.

ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. In: ARANTES, V. A. [S.I.]: [s.n.], 2007. p. 104.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. BRASÍLIA, UNESCO, 1994.

BRASIL. Decreto Federal nº 3.298, De 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 20 dez. de 1999.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 22 dez. 2005.

BRASIL. Decreto Federal nº 6571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 17 set. 2008.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 17 nov. 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Base de 1961. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 20 dez. 1961.

BRASIL. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 19 dez. 2000.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial**, BRASÍLIA, 24 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nova estrutura de secretaria favorece educação inclusiva, além de parcerias com universidades** . Brasília, DF, 2019. disponível em: < <https://bit.ly/2Chf2yG> >. Acesso em: 28 junho 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O tradutor e o Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF, p. 7 disponível em: < <https://bit.ly/2HVcysG> >. Acessado: 23 de mai de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**. BRASÍLIA, DF, MEC/SEESP. 2007. disponível em: < <https://bit.ly/3fM7i5g> >. Acessado:23 de mai de 2020.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O Significado da Formação Continuada Docente**. 2009. p. 6. 4º CONPEF Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. LONDRINA PR, 2009.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. SEESP MEC/SEED, BRASÍLIA DF, 2007. disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf.> Acessado:10 de mai de 2020.

DUARTE, Soraya Bianca; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; FLECK, Marcelo Piu de Almeida. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**, Rio de Janeiro, v. 20, n.4 out.-dez. 2013, p.1713-1734. disponível em:< <https://bit.ly/3a87XwQ>> Acessado: 23 de mar de 2020.

GADOTTI, Moacir; **Boniteza De Um Sonho**. 2º edição. ed. São Paulo: Educação Cidadã, 2011. Cap. 8 cap., p. 9-119.

LACERDA, CRISTINA B F. DE. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**.1998. v.19, n.46 Campinas, 1998. disponível em:< <https://bit.ly/2XKx9EO>> Acessado: 21 de abr de 2020.

MARQUES, Marcley da Luz **A Formação do Professor Para a Educação do Surdos**. In: Congresso Nacional de Educação, 13., 2013, Curitiba-PR, **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013. p. 2107-2119. disponível em:< <https://bit.ly/31Dlk2T>> Acessado:24 de mar de 2020.

MATTOS, Greyd Cardoso; **A Formação Docente Continuada PNAIC 2013: Uma Análise da situação Dos Professores Alfabetizadores De Surdos**. 2016. 85 p.12 Dissertação (Pós-Graduação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016. disponível em:< <https://bit.ly/2F5r8vH>> Acessado:13 de jun de 2020.

MORI, NERLI NONATO RIBEIRO;SANDER, RICARDO ERNANI. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1-16 disponível em:< <https://bit.ly/30HLJ1y>> Acessado:20 de mai de 2020.

MR. HOLLAND: ADORÁVEL PROFESSOR. Direção: Stephen Herek. | Glenne Headly | Jay Thomas | Olympia Dukakis. Produção: Ira Halberstadt. EUA,1995. 143 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hyHmZ8ZhH6s>>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MUTTÃO, Melaine Duarte Ribeiro; LODI, Ana Cláudia Balieiro; **Formação de Professores e Educação de Surdos: Revisão Sistemática de Teses e Dissertações**. 2018. p. 49-56, Universidade de São Paulo, 2018. disponível em: <<https://bit.ly/33IVfn9>> Acessado:04 de maio de 2020.

REILY, Lúcia. **O papel da igreja nos primórdios da educação dos surdos**. 2007. v.12 n.35 p. 308-326, revista Brasileira de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2007. disponível em:< <https://bit.ly/2DRQJaJ>> Acessado:14 de jun de 2020.

SACKS, Oliver; Vendo Vozes. **Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1989. p. 215.

SANTOS, Ozivan Perdigão; **Travessias Históricas do Tradutor/Intérprete de Libras: De 1980 A 2010**. ARTIFÍCIOS , v. 2, Dezembro 2012. disponível em:< <https://bit.ly/3glwvz5>> Acessado:03 de abril de 2020.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; DI BENEDETTO, Lais dos Santos; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **História Das Pessoa Surdas: Da Exclusão À Política Educacional Brasileira Atual**. 2012. p. 49-55, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2012. disponível em:< <https://bit.ly/3fEala9>> Acessado:23 de mar de 2020.

SILVA, Lais Agnes da; RINALDI, Renata Portela; **Formação Docente e a Língua Brasileira de Sinais: Perspectivas Atuais**. 2018. v.16 n.3. p.162-177, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018. disponível em: <<https://bit.ly/31y97xG>> Acessado: 07 de jun de 2020.

SKLIAR, Carlos; CECCIM, Ricardo Burg; LULKIN, Sérgio André; BEYER, Hugo Otto; LOPES, Maura Corcini; **Educação e Exclusão: Abordagens Sócio- Antropológicas em Educação Especial**. ed. 3. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

SPERB, Carolina Comerlato; THOMA, Adriana da Silva: Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de Surdos. **Textura revista de Educação e Letras**, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 25, 2012. disponível em:< <https://bit.ly/3kwUcMP>> Acessado: 27 de maio de 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. ed. 11. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2010.

VIEIRA-MACHADO, Lucynne Matos da Costa: **Professores de Surdos Educação Bilingui: Formação e Experiências Docentes**. 1 edição. ed. Curitiba PR: Appris, 2016. p. 213.